

Eixo 3. (Mineração), impactos e conflitos socioambientais

OS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A REDE DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

RONILSON RODRIGUES NEIVA¹

FERNANDA DE OLIVEIRA SARRETA²

RESUMO:

As mudanças climáticas constituem um dos maiores desafios da atualidade, agravando as vulnerabilidades sociais já existentes na população em situação de rua. O texto objetiva refletir sobre os impactos das mudanças climáticas nessa população, e como se organiza a rede de apoio. É um estudo bibliográfico e de abordagem qualitativa, em desenvolvimento. Os resultados mostram os perigos nas condições de vida e saúde, a falta de segurança alimentar, perda de abrigo, dificuldade de articulação da rede de apoio, e outros. O tema é relevante e enfatiza a importância do tema na agenda pública.

Palavras-chave: População em situação de rua; Mudanças climáticas; Rede de apoio.

ABSTRACT: Climate change is one of today's biggest challenges, worsening the social vulnerabilities that already exist among the homeless population. The objective text reflects on the impacts of climate change on this population, and how the support network is organized. It is a bibliographical study with a qualitative approach, in development. The results show the dangers in living and health conditions, the lack of food security, the loss of shelter, the difficulty in articulating the support network, and others. The topic is relevant and we emphasize the importance of the topic on the public schedule.

Keywords: Homeless population; Climate Change; Support network.

¹ Servidor Público Municipal. Graduando de Serviço Social. Membro do Grupo Quaviss - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas de Saúde e Serviço Social.

² Professora do Curso de Graduação e da Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP. Líder do Grupo QUAVISS - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política de Saúde e Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas figuram entre os desafios globais mais críticos do século XXI, catalisando uma série de consequências adversas que afetam, em maior medida, as populações vulneráveis. Essas transformações do clima global não são meras alterações nas condições meteorológicas, elas se traduzem em padrões climáticos mais extremos e frequentes, como ondas de calor intensas, secas severas e enchentes devastadoras. São padrões não só desafiando o equilíbrio ambiental, mas também exacerbando desigualdades sociais já existentes.

Em meio a esse contexto, torna-se urgente refletir sobre os impactos das mudanças climáticas na população em situação de rua e como se organiza a rede de apoio. Essa população é reconhecida como a que vive em condições de maiores exposições e vulnerabilidade (SANTOS; SARRETA, 2022), é afetada pelas mudanças climáticas e os impactos são expressivos.

A população em situação de rua representa uma população das mais marginalizadas da sociedade (MARTINS, 1997), frequentemente desprovida de proteção social básica e de condições mínimas de vida, como abrigo seguro, alimentação regular e cuidados com a saúde. Enfrenta desafios cotidianos que são exacerbados diante de eventos climáticos extremos. A falta de moradia permanente deixa essa população exposta diretamente ao ambiente, aumentando sua vulnerabilidade aos perigos associados às mudanças climáticas. Em ondas de calor, por exemplo, a possibilidade de buscar refúgio em locais frescos é limitada, resultando em riscos graves à saúde. Da mesma forma, as enchentes podem destruir os poucos pertences dessa população, comprometendo ainda mais sua já precária qualidade de vida.

Neste cenário complexo, as redes de apoio social, que podem ser tanto governamentais, quanto não governamentais e comunitárias, desempenham um papel crucial. Estas redes são fundamentais não somente no fornecimento de recursos básicos, mas também na promoção de uma abordagem integrada e sustentável que vise à proteção e assistência dessa população altamente vulnerável. Contudo, a eficácia dessas redes em contextos de mudanças climáticas e eventos extremos ainda necessita de análises aprofundadas, levando-se em conta sua capacidade de resposta rápida e eficaz, a adequação das políticas implementadas e a coordenação entre diferentes níveis de governo e setores da sociedade civil.

O texto objetiva refletir sobre os impactos das mudanças climáticas nessa população, e como se organiza a rede de apoio. É um estudo bibliográfico e de abordagem qualitativa, em desenvolvimento, para a pesquisa do trabalho de conclusão de curso da graduação em Serviço Social. Para isso, serão exploradas duas questões centrais: Como os eventos climáticos extremos intensificam as vulnerabilidades enfrentadas pela população em situação de rua? E, em que medida as redes de apoio são capazes de mitigar essas vulnerabilidades e gerar respostas efetivas em face das adversidades climáticas?

Ao analisar esta questão climática e social, percebe-se que o tema é relevante e pode contribuir para fortalecer o debate acadêmico e pensar políticas públicas efetivas e inclusivas, que levem em consideração a interseção entre a questão climática e social. Desta feita, espera-se que este estudo possa dar uma compreensão valiosa tanto para pesquisadores quanto para formuladores de políticas e praticantes do serviço social, enfatizando a necessidade de uma integração mais profunda entre a adaptação climática e as estratégias de assistência social.

2 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A investigação dos impactos das mudanças climáticas sobre a população em situação de rua, bem como a avaliação da eficácia das redes de apoio, exigiu uma abordagem metodológica abrangente e multifacetada. Neste contexto, optou-se por uma pesquisa de cunho qualitativo, que permite uma compreensão detalhada e aprofundada das complexas interações entre variáveis ambientais e sociais, e como estas afetam grupos vulneráveis (Minayo, 1994).

Inicialmente, empreendeu-se uma pesquisa bibliográfica, focada na análise de literatura acadêmica relevante e relatórios institucionais sobre mudanças climáticas, vulnerabilidade social e políticas de assistência. Gonçalves (2020) destaca que a pesquisa bibliográfica é essencial para contextualizar o fenômeno estudado e estabelecer sua relevância, ao compilar dados de fontes variadas.

Em complementação à pesquisa bibliográfica, realizou-se uma análise de dados secundários, obtidos de estudos e levantamentos recentes sobre a população em situação de rua e eventos climáticos extremos no Brasil.

Segundo Ramos (2021), a metodologia de uma pesquisa é um dos pilares que determinam sua credibilidade e aplicabilidade.

O conteúdo também foi um critério determinante na seleção das fontes. Ou seja, foram selecionados autores com abordagem crítica do tema, que fizessem uma conexão entre mudanças climáticas, vulnerabilidade social e resposta institucional, abordando especialmente a realidade da população em situação de rua.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos resultados e discussões, serão evidenciados os aspectos centrais desse estudo. O primeiro aspecto, é a compreensão das mudanças climáticas e do clima. O clima, conforme Hay (2016) pode ser entendido como a média de variações do tempo em um longo período, ou tempo meteorológico médio. Trata-se de como o planeta lida com a insolação, que é a radiação proveniente do sol. Para manter as condições climáticas no estado em que se encontram, a Terra deve irradiar de volta ao espaço a mesma quantidade de energia que recebe e, para que isto aconteça, é necessária uma redistribuição da energia, que é feita por meio da circulação atmosférica e dos oceanos. Todo este processo é o sistema de balanço energético da Terra (Hay, 2016, p. 137).

O clima é descrito de acordo com os significados e variabilidade da insolação, temperatura, equilíbrio entre precipitação e evaporação, ventos e outras informações relevantes que demonstram a estrutura e comportamento da atmosfera, hidrosfera (oceanos, mares, lagos e rios) e criosfera (regiões da superfície terrestre cobertas permanentemente por gelo e neve). Além disso, “é levado em consideração a ocorrência de eventos climáticos extremos. Tudo isso dentro de um período de tempo, que foi definido pela Organização Mundial de Meteorologia (OMM) como sendo de 30 anos” (Hay, 2016, p. 137).

O principal agente da degradação ambiental e aceleração da mudança climática é o consumismo praticado pela sociedade. Essas mudanças geradas pela intervenção do homem no meio ambiente aconteceram mais fortemente a partir da primeira revolução industrial, e vêm se intensificando até os dias atuais, ao ponto de extinguir espécies e ecossistemas, consumindo os recursos naturais de uma forma nunca antes vista (Capra, 1982).

Dessa forma, sem a recuperação dos ecossistemas, com a diminuição da biodiversidade e a crescente degradação do meio ambiente, gera-se um clima de insegurança ambiental global a respeito do futuro da humanidade, levantando dúvidas e críticas ao modelo de desenvolvimento atual usado pela sociedade (Ribeiro, 2001).

Questiona-se muito se tais mudanças, atualmente vivenciadas no mundo todo, possuem origem antropogênica, ou seja, se são causadas pelos seres humanos, ou se sua causa é natural e ocorreria de qualquer forma, independentemente da ação humana, ou, ainda, se seria resultado de uma mistura das duas ideias: as mudanças climáticas vivenciadas na atualidade teriam causas naturais, mas também seriam aceleradas, em parte, pela intervenção humana no meio ambiente.

Entretanto, é preciso dizer ainda que o principal responsável pelo atual distúrbio do clima global é o rápido aumento dos gases de efeitos estufa na atmosfera, o que ocorre, principalmente, devido à queima de combustíveis fósseis. Todavia, Hay (2016, p. 722) explica que “apesar do aumento dos níveis de dióxido de carbono na atmosfera serem o foco, este representa apenas uma das atividades antropogênicas que estão modificando o meio ambiente terrestre”. Além deste, podem ser enumerados outros fatores para as mudanças climáticas:

“Aumento das concentrações de gases atmosféricos de efeito estufa; Introdução de substâncias destruidoras da camada de ozônio na atmosfera; Introdução de aerossóis na atmosfera; Substituição de plantas do tipo C3 por plantas do tipo C4, na medida em que as florestas tropicais são cortadas e queimadas para dar lugar a pastagens; Desenvolvimento de grandes áreas de monoculturas de plantas como forma de aumentar a produção agrícola; Construção generalizada e expansão urbana; Uso excessivo de fertilizantes e pesticidas na agricultura; Mineração” (Hay 2016, p. 722).

É importante salientar que tais atividades são relacionadas ao crescimento da população do planeta e que só a primeira vem sendo destaque no combate às mudanças climáticas. Enquanto alguns fatores possuem efeitos globais, outros possuem consequências mais regionais que podem se traduzir em consequências globais, mas não necessariamente. (Hay, 2016)

A literatura acadêmica destaca que as mudanças climáticas não são apenas uma questão ambiental, mas também um desafio significativo de justiça social. Segundo Oliveira (2018), as desigualdades sociais exacerbam a vulnerabilidade de determinadas comunidades, com a população em situação de rua sendo uma das mais impactadas.

Estudos sobre as populações vulneráveis e as mudanças climáticas destacam que eventos climáticos extremos, como ondas de calor, enchurradas e ciclones, agravam a condição de rua. Conforme afirmam Santos e Pereira (2020), esses eventos não apenas intensificam a insegurança física e de saúde, mas também retratam um fracasso das políticas públicas em assistir adequadamente essas populações em risco.

De acordo com o IPCC (2022, p.15): “As mudanças climáticas representam uma ameaça existencial para a humanidade, com efeitos desiguais sobre os grupos socialmente vulneráveis” (IPCC, 2022, p.15). Enchentes, por exemplo, são um fenômeno climático que evidencia a fragilidade dos mais pobres, que muitas vezes ocupam áreas de risco em zonas urbanas. Silva (2019) ressalta que a ausência de habitação adequada faz com que as pessoas em situação de rua sejam particularmente vulneráveis a inundações, as quais arrasam abrigos temporários e dificultam o acesso a recursos essenciais, como alimentação e água limpa. Além disso, a situação se agrava com os efeitos colaterais das enchentes, que incluem o aumento da disseminação de enfermidades.

Ondas de calor são um fenômeno climático que impacta severamente aqueles que não possuem acesso a abrigo ou infraestrutura adequada. No verão de 2019, observou-se um aumento considerável no número de atendimentos a pessoas em situação de rua que enfrentaram complicações graves em decorrência das altas temperaturas, como desidratação e insolação (Costa, 2019). A carência de recursos para procurar abrigo em locais climatizados eleva o risco de mortalidade nesse grupo.

O segundo aspecto, a ser destacado, é a compreensão dos impactos das mudanças climáticas na população em situação de rua. No final da década de 1970, organizações civis de diferentes setores se articularam em torno da conquista de liberdade democrática e justiça social. Nesse processo, emergiram novas demandas sociais que, colocadas na pauta de reivindicação da sociedade brasileira, buscaram a ampliação dos direitos de cidadania e da participação política.

Com o agravamento das expressões das questões sociais, e das altas taxas de desemprego registradas nos anos 80, ampliaram-se as demandas por acesso à saúde, educação, assistência social, trabalho e renda. Nesse cenário, o acelerado crescimento das cidades exigia investimentos em infraestrutura, transporte, saneamento básico, energia elétrica e habitação, políticas que os movimentos sociais passaram a reivindicar na perspectiva da garantia de acesso e enfrentamento das iniquidades observadas na realidade brasileira (Silva, 2009).

A não incorporação pela produção capitalista da força de trabalho disponível na sociedade gerou uma massa de trabalhadores, um excedente das classes subalternas, pessoas que migraram das zonas rurais, pessoas com baixa ou nenhuma escolaridade e qualificação profissional (Silva, 2009). Jogada a margem do desenvolvimento e do acesso a bens e serviços, uma parcela significativa dessa população passou a buscar as ruas das cidades como sua única forma de sobrevivência. Assim, o agravamento da questão social,

contribuiu para que esse contingente fizesse das ruas seu espaço de moradia e/ou sobrevivência e houvesse um aumento da população em situação de rua nos grandes centros urbanos, incluindo-se aí crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias.

Aquela parcela da população conhecida nas cidades por viver da caridade da igreja e do Estado, e que aos olhos destes, tinham pouca ou nenhuma capacidade ou potencial de proceder a transformação efetiva em suas condições de vida, ganhou, portanto, novos contornos dados pela forma de ocupação do espaço e de Sociabilidade no Brasil urbano e industrializado (Silva, 2006, p. 19).

Com a redemocratização do país, processaram-se também as primeiras iniciativas de organização da população em situação de rua, contrariando a crença desenvolvida pelas práticas caritativas e assistencialistas de que este segmento da população não teria força de mobilização para buscar politicamente transformações individuais e coletivas. A essa mobilização somaram-se as organizações multilaterais, especialistas, estudiosos, movimentos das igrejas etc.

Nesse contexto, as instituições de apoio e ajuda a população em situação de rua direcionaram-se para afirmação do acesso desta população ao direito humano a vida é a dignidade. Estas instituições buscaram, ainda, superar o caráter assistencialistas e opressor da ação junto às pessoas em situação de rua, com a introdução no trabalho cotidiano de um novo trato metodológico que priorizava a organização e o protagonismo como instrumento de resgate de direitos, de cidadania das pessoas em situação de rua. Foi pelas ações das Pastorais do Povo de Rua que essa população passou a ocupar novos espaços públicos, de formas organizadas para reivindicar melhores condições de vida (Marconsin, 2009, p. 59).

A luta dos movimentos sociais pela cidadania resulta em direitos inseridos nos artigos 5º e 6º da Constituição Brasileira de 1988 que precisavam ser concretizadas a partir de implementação de políticas públicas para este segmento da população. De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção, de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança”. (CF, art. 5º), e “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, à previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição”. (CF, art. 6º).

Entrando, na década de 1990, foi instalado o fórum Nacional de estudos sobre a população em situação de rua (1993) que congregava trabalhadores das organizações de atendimento especialistas e militantes dentre outros. O Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua iniciou no de 1993 a partir de parcerias entre entidade governamentais e não governamentais, com objetivo de elaborar políticas públicas aos moradores em situação de rua em Belo Horizonte/MG.

Neste contexto de lutas, o Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua garantiu visibilidade e possibilitou uma maior mobilização da população em situação de rua pelo acesso à moradia, saúde e assistência social. Os Seminários Nacionais, organizados pelo Fórum Nacional resultaram no 1º Congresso Nacional dos Catadores de materiais recicláveis e na 1ª marcha do povo de rua, em Brasília em 2001, contribuindo para o processo de visibilidade da população em situação de rua na agenda pública. Com o objetivo de conhecer os desafios e definir estratégias na construção de políticas públicas para as pessoas em situação de rua, em 2005, a secretaria Nacional de Assistência Social do MDS realizou o primeiro encontro Nacional de população em situação de rua, do qual participaram representantes de vários municípios, fóruns e entidades da população em situação de rua e organizações não governamentais, além de representantes do próprio MDS.

Como respostas às demandas apresentadas no 1º Encontro Nacional de população em situação de rua foi aprovada a Lei nº11.258, de 30 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a criação de programas específicos de Assistência Social para pessoas que vivem em situação de rua, precedendo a alteração no parágrafo único do artigo 23 da Lei nº8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei orgânica da Assistência Social. (Loas).

Pela primeira vez, houve no país uma construção de política para a população de rua de forma democrática e participativa. (Anderson Lopes, Coordenador do movimento Nacional da população de rua). Em 2009, no 2º Encontro Nacional sobre População de Rua, de posse dos resultados da Pesquisa Nacional, concluída em 2008, e das aprendizagens e experiências advindas do 1º Encontro Nacional e seus desdobramentos, foi estabelecida e validada a proposta intersetorial da Política Nacional para a população em situação de rua, consolidada por meio do decreto nº 7.053, de 23 de Dezembro de 2009 (Brasil, 2009), que instituiu, também, o Comitê Intersetorial de acompanhamento e monitoramento da política nacional para a população de rua, CIAMP- Rua.

De acordo com a Política Nacional para a População em Situação De Rua, adota o seguinte conceito para a definição da população em situação de rua:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporária ou como moradia provisória. (Decreto nº7.053/2009, art. 1º parágrafo único).

A partir desse conceito, essa população exige ação intersetorial para dar conta de sua complexidade. Portanto, outro aspecto relevante é a reflexão sobre a rede de apoio, que deveria ser central na agenda do Comitê Intersetorial, conforme assegura a PNPSR.

O estudo demonstra, que as iniciativas governamentais e não governamentais desempenham um papel vital na mitigação dos impactos das mudanças climáticas sobre a população em situação de rua. As políticas assistenciais, por meio de programas de abrigamento e distribuição de recursos essenciais, buscam ampliar a resiliência desta população a desafios climáticos. No entanto, Pereira e Almeida (2021) destacam que essas intervenções são frequentemente fragmentadas e insuficientes frente à escala e complexidade dos problemas enfrentados.

A importância de uma abordagem integrada e proativa por parte das redes de apoio é enfatizada por Nogueira (2020), que sugere que apenas ações coordenadas e abrangentes podem efetivamente mitigar os impactos ambientais nas populações de rua. A autora propõe a criação de políticas públicas mais robustas e integradas que conectem esforços de emergência com estratégias de longo prazo, tanto para proteger quanto para reabilitar e reintegrar socialmente as pessoas em situação de rua.

Neste contexto, a literatura ressalta a necessidade de ações comunitárias inclusivas, as quais têm demonstrado um potencial significativo em oferecer suporte imediato e personalizado às necessidades das populações de rua. Gonçalves e Souza (2020) argumentam que, além dos suportes institucionais, iniciativas comunitárias são instrumentais para estabelecer resposta rápida e eficaz, ajudando a construir redes de amparo que são muitas vezes mais ágeis e adaptáveis do que os mecanismos governamentais burocráticos.

A partir do estudo, portanto, é possível identificar que as redes de apoio devem evoluir para abraçar diretamente as questões impostas pelas mudanças climáticas, incorporando ações preventivas e adaptativas eficazes, as quais possam proporcionar uma proteção abrangente à população em situação de rua. Inicialmente, é importante reconhecer o papel fundamental dos serviços governamentais de assistência social. Programas como o Serviço de Abordagem Social e o Centro de Referência Especializado

para População em Situação de Rua (Centro POP), foram desenvolvidos para oferecer suporte emergencial e assistência contínua. No entanto, a eficácia desses programas ainda é uma questão em aberto. Estudo de Pereira (2019) indica que frequentemente existem lacunas significativas na cobertura e na capacidade de resposta a eventos climáticos extremos, com relatos de recursos insuficientes e falta de pessoal em momentos críticos.

Por outro lado, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e coletivos comunitários frequentemente preenchem essas lacunas, oferecendo serviços essenciais que o governo não consegue suprir em termos de rapidez ou alcance. Essas ações, no entanto, enfrentam seus próprios desafios, como a dependência de doações e a falta de financiamento estável, o que pode comprometer sua continuidade em longo prazo (Carvalho, 2020).

Existem serviços de proteção social de média complexidade voltados especificamente para pessoas em situação de rua, como o Serviço de Abordagem Social e o Serviço Especializados para Pessoas em Situação de Rua denominado Centro Pop.

O Centro de Referência Especializado para a População de Rua, previsto no decreto N° 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de serviços Socioassistenciais, constitui-se em uma unidade de referência da PSE de Média Complexidade, de natureza pública e estatal. Diferentemente do CREAS, que atua com diversos públicos e oferta obrigatoriamente, o PAEFI, o Centro POP volta se, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço especializado para Pessoas em situação de Rua (Brasil,2011).

Devido a sua peculiaridade, o Centro Pop deve ser implantado em locais de fácil acesso, com maior concentração e trânsito de pessoas em situação de rua, geralmente esta população tende a se concentrar nas regiões centrais da cidade, sendo indicada nesses casos, a implantação da unidade nesta área. De acordo com as orientações técnicas, para o efetivo funcionamento da unidade é alcance dos objetivos dos serviços ofertados, deve a segurar a provisão de espaço físico adequado e materiais necessários para a execução a serem desenvolvidas. De acordo com Tipificação Nacional de serviços Socioassistenciais:

O Centro Pop deve ser implantado em edificação com espaços essenciais para o desenvolvimento das suas atividades e deve contar com um ambiente acolhedor. A estrutura física da unidade precisa estar de acordo com as normas técnicas, dispor de espaços: Recepção e acolhida inicial; Sala para atividades referentes a coordenação, reunião de equipe e/ou atividades administrativas; Sala de atendimento individualizado; Copa/ cozinha Higiene pessoal, banheiros individualizados com chuveiros, inclusive; Lavanderia com espaço de secagem de roupas; Refeitório; Guarda pertences, com armários individualizados; Canil. (BRASIL,2011).

O espaço físico do Centro Pop deve ser exclusivo e, assim como os recursos humanos, deve ser compatível com serviços ofertados, com as atividades desenvolvidas e também com o número de usuários atendidos. É importante que, além de comportar os serviços ofertados, o espaço físico da unidade represente para os usuários um espaço público de bem estar, cooperação, construção de vínculos e concretização de direitos, ou seja, um lugar de referência para o exercício da cidadania e o fortalecimento do protagonismo para parte da população em situação de rua.

O Serviço Especializado em Abordagem Social, igualmente tipificado no escopo de atuação da PSE de Média Complexidade, representa importante recurso para a identificação de pessoas em situação de rua ao possibilitar que a oferta de atenção especializada a esse segmento seja iniciada no próprio contexto da rua, viabilizando intervenções voltadas ao atendimento de necessidades mais imediatas e à vinculação gradativa aos serviços socioassistenciais e à rede de proteção social. No âmbito da PSE de Alta Complexidade, por sua vez, são ofertados serviço de acolhimento. A previsão desses serviços no SUAS parte dentre outros aspectos, do reconhecimento de que nessas situações é necessário garantir a indivíduos e famílias que utilizam as ruas como espaço para moradia e/ou sobrevivência, acolhimento temporário e possibilidades para desenvolver condições para a independência, a autonomia e o autocuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança climática é um dos maiores desafios globais do nosso tempo, não apenas ameaçando o equilíbrio ecológico, mas também exacerbando as desigualdades sociais existentes. O estudo demonstrou que a população em situação de rua é desproporcionalmente vulnerável a eventos climáticos extremos, como enchentes e ondas de calor, que agravam suas precárias condições de vida. Os exemplos identificados demonstram não apenas a magnitude desses desafios, mas também a complexidade dos fatores que aumentam a vulnerabilidade. Uma avaliação da rede de apoio, composta por iniciativas governamentais, revelou tanto os avanços quanto as limitações dessas medidas.

A rede de apoio é essencial para fornecer assistência emergencial e suporte contínuo. Mas falhas sistêmicas na coordenação, nos recursos e no rigor das políticas climáticas representam grandes obstáculos, dificultando uma resposta eficaz às crises que

essas pessoas enfrentam. A principal conclusão deste estudo é a necessidade de adoção de políticas públicas interativas que levem em conta as mudanças climáticas de forma contínua e ativa. Integrar dados climáticos ao planejamento urbano e às estratégias de apoio social é essencial para construir sistemas resilientes que protejam não apenas os moradores de rua, mas todos os grupos vulneráveis.

Além disso, promover uma cooperação mais estreita entre os vários atores sociais envolvidos na assistência social pode melhorar as capacidades de resposta e transformar esforços isolados em ações coordenadas mais eficazes. Em outras palavras, este estudo mostra que enfrentar os desafios das mudanças climáticas requer uma abordagem multifacetada que combina pesquisas abrangentes, políticas públicas eficazes e esforços cooperativos em toda a sociedade. Somente através de um sólido compromisso com a justiça climática e social, podemos construir uma sociedade verdadeiramente resiliente e sustentável para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. P. Desafios das políticas públicas em face das mudanças climáticas na Amazônia. *Ciência & Sociedade - Revista de Sustentabilidade e Meio Ambiente*, v. 7, n. 1, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF; Presidente da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 de março de 2025.

CAPRA, F. O ponto de mutação. São Paulo: *Cultrix*, 1982. Disponível em: kennaz.com.br. Acesso em 12 de mar. de 2025

CARVALHO, R. S. A atuação das ONGs frente às emergências climáticas: o caso das populações vulneráveis. *Cadernos de Assistência Social*, v. 11, n. 2, 2020.

COSTA, M. R. As consequências das ondas de calor: uma visão crítica das políticas de saúde pública no Brasil. *Revista Brasileira de Climatologia*, v. 12, n. 1, 2019.

Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.

GONÇALVES, Igor Sousa et al. Acesso à justiça pela via do direito à profissionalização e ao trabalho digno: o Programa “Descubra!”. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/39140/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%2>

0Igor%20Sousa%20Gon%3%a7alves%20-%20Vers%3%a3o%20p%3%b3s%20defesa.pdf. Acesso em: 12 de março de 2025

GONÇALVES, L. A adaptação comunitária frente às mudanças climáticas: uma análise das iniciativas de base no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 2, 2020.

HAY, William W. *Experimenting on a Small Planet: A History of Scientific Discoveries, a Future of Climate Change and Global Warming*. 2. ed. Suíça: Springer International Publishing Switzerland, 2016.

INSTITUTO POLIS. População de rua entrega ao Governo Federal proposta de Política Nacional. In: Dossiê, 2008. Políticas Públicas. População de Rua. Disponível em: <https://www.centrovivo.org/mod/1101>. Acesso em: 16 mar. 2025.

IPCC. *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

LEI 11.258/2005 (LEI ORDINÁRIA) 30/12/2005 altera a lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua.

MARCONSIN, C. Cerco aos direitos trabalhistas e crise do movimento sindical no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviços Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2011). Brasília: MDS. *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua – Centro Pop* (2011). Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Centro_POP.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

NOGUEIRA, Maria Tereza de Almeida Granha. *Pandemia e Solidariedade: conhecendo a frente humanitária canto da rua emergencial e os desafios da população em situação de rua, em tempos de pandemia da Covid-19*. 2020. Disponível em: [D_2021_Maria%20Tereza%20A%20G%20Nogueira.pdf](#). Acesso em: 12 de março de 2025.

OLIVEIRA, D. F. As chuvas extremas e a população sem-teto: uma análise dos impactos. *Clima e Sociedade: Intersecções e Diálogos*, v. 4, n. 4, 2018.

PEREIRA, M. T. G. Desigualdade social em tempos de mudanças climáticas: um olhar sobre as políticas de assistência social. *Cadernos de Política Social e Mudança Climática*, n. 33, 2019.

RAMOS, L. M. O impacto das metodologias científicas em pesquisas sobre mudança climática. *Boletim Técnico da FAPESP*, v. 25, n. 6, 2021.

RIBEIRO, W. C. Desenvolvimento sustentável e segurança ambiental global. *Revista bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, sv, n. 312, p. sn–sn, 2001.

SANTOS, Elaine Teixeira; SARRETA, Fernanda de Oliveira. População em Situação de Rua na Pandemia: desdobramentos da crise do capital. *SER Social (Online)*, v. 25, p. 364-384, 2022.

SANTOS, F. G.; PEREIRA, J. A. O impacto dos eventos climáticos extremos na população em situação de rua: um desafio para as políticas públicas. *Revista de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 8, n. 2, 2020.

SILVA, G. B. As consequências das mudanças climáticas nas realidades urbanas: estudos de caso no Brasil. *Urbanização e Meio Ambiente*, v. 19, n. 2, 2019.

SILVA, M. L. L. Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005. Dissertação (Mestrado Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2006.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Trabalho e população em situação de rua no Brasil. São Paulo. Cortez, 2009. Disponível em: https://www.editora.puc-rio.br/media/Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua_book.pdf. Acesso em: 12 de mar. de 2025.